

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL

LILIAN COUTO GONÇALVES

**INTERSETORIALIDADE: UM DESAFIO À POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
NO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE-RS**

Porto Alegre

2011

LILIAN COUTO GONÇALVES

**INTERSETORIALIDADE: UM DESAFIO À POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
NO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE-RS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Faculdade de Serviço Social, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientador: Profa. Dra. Gleny T. D. Guimarães

Porto Alegre

2011

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

G635i Gonçalves, Lilian Couto
Intersetorialidade: um desafio à política de assistência social no município de Porto Alegre-RS / Lilian Couto Gonçalves. – Porto Alegre, 2010.
170 f.

Diss. (Mestrado) – Faculdade de Serviço Social, Pós-Graduação em Serviço Social, PUCRS.

Orientador: Profa. Dra. Gleny T. D. Guimarães.

1. Serviço Social. 2. Proteção Social. 3. Assistência Social. 4. Política Social. I. Guimarães, Gleny Terezinha Duro. II. Título.

CDD 361

Bibliotecário Responsável
Ginamara Lima Jacques Pinto
CRB 10/1204

LILIAN COUTO GONÇALVES

**INTERSETORIALIDADE: UM DESAFIO À POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
NO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE-RS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Faculdade de Serviço Social, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Aprovada em _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Gleny T. D. Guimarães
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

Profa. Dra. Berenice Rojas Couto
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

Profa. Dra. Karen Eidelwein
Universidade Federal do Rio Grande (FURG)

Aos meus *PAIS*, Marilda e Ivan

A minha *IRMÃ*, Mariana

Aos meus *AVÓS*, Zilma e Ivo

A minha *TIA*, Ieda

Ao meu *COMPANHEIRO* para vida, Marcelo

todos fundamentais na minha vida

e a quem eu tenho a felicidade e

honra de chamar de *FAMÍLLA*

AGRADECIMENTOS

Início agradecendo a Deus por todas as bênçãos que derrama em minha vida cotidianamente e aos meus pais, Marilda e Ivan, bem como a minha irmã caçula, Mariana, pelo apoio, carinho e amor incondicional, pela força e confiança depositada nos momentos de adversidade, vocês são meu exemplo de vida e agradeço diariamente por tê-los em minha vida.

Agradeço especialmente ao meu companheiro para vida, Marcelo, com o qual compartilho meus melhores e piores momentos, momentos difíceis (e que não foram poucos esse ano), pois com certeza não estaria escrevendo estes agradecimentos sem você. Obrigado pelo apoio, compreensão, paciência, afeto e tudo aquilo que me proporciona diariamente e que palavras não abarcam. Portanto, com amor e gratidão, ressalto que esse momento de felicidade não é apenas meu, com certeza, é nosso.

Agradeço aos meus amigos que compreenderam minhas ausências, ouviram incessantemente aos meus dilemas, medos e apreensões, sempre com apoio e tolerância. Cito um especial agradecimento as minhas grandes e eternas amigas e colegas de profissão, companheiras de muitas lutas e com as quais aprendi muito, Jacqueline Dal Molin e Maria da Graça Weber. Da mesma forma, agradeço a todos os colegas e amigos de trabalho da Companhia Riograndense de Saneamento, em especial, a Fátima Sampaio, Thais Mesquita Doninelli e Maria Cristina Canovas de Moura, pelas incansáveis horas de escuta sensível, por toda paciência, apoio e atenção.

Agradeço aos meus colegas de mestrado e de núcleo pelas excelentes e inesquecíveis horas de compartilhamento de saberes, pois aprendi muito com cada um de vocês, especialmente, Tatiane M. de Vargas, Jaqueline G. Viscensi, Giovane Scherer, Karen Eidelwein, Fábio Gaviraghi, Eliane Oliveira e Anelise Adam. Bem como, agradeço a minha orientadora Gleny T. Duro Guimarães pelo aprendizado e estendo meus agradecimentos a todos os professores da Pós-graduação em Serviço Social que contribuíram significativamente para meu aprendizado profissional e de vida. Por fim, agradeço aos profissionais do Conselho Municipal de Assistência Social de Porto Alegre, pois sem estes nada disso seria possível. Enfim, agradeço a todas as pessoas que direta ou indiretamente contribuíram com essa desafiadora construção.

RESUMO

O debate acerca da intersetorialidade adquiriu relevância na gestão das políticas públicas no Brasil à medida que as expressões da questão social se radicalizaram, em decorrência de uma trajetória histórica de fragmentação e setorialização das políticas públicas (em especial as sociais) com ínfimos impactos sociais, aliada a uma política socioeconômica embasada na globalização e fundamentada no neoliberalismo e como consequência do processo de reestruturação produtiva, entre outros. Nesse sentido, a intersetorialidade emerge enquanto estratégia de enfrentamento das manifestações da questão social numa perspectiva de integralidade com vistas ao alargamento dos direitos de cidadania e a uma proteção social integral. Frente a isto, o presente estudo versa sobre o processo de implementação da intersetorialidade entre a Política de Assistência Social e as demais políticas públicas no Município de Porto Alegre, objetivando analisar como estão sendo desenvolvidas ações, no âmbito da referida Política, em termos propositivos e operacionais, para a materialização da intersetorialidade. Investiga-se, assim, os processos de gestão e operacionalização da intersetorialidade no cerne da citada Política, identificando entraves e estratégias à sua efetivação. Constitui-se em pesquisa qualitativa, orientada pelo método dialético-crítico e cujo tipo de amostra foi intencional e os instrumentos utilizados para a coleta de informações foram: o formulário de entrevista semi-estruturada e a observação sistemática. Essa investigação evidenciou que a intersetorialidade ainda não se constitui no município de Porto Alegre, no âmbito da Política de Assistência Social, de forma mais ampliada, enquanto um paradigma de gestão da mesma, pois ela ainda está atrelada a ações pontuais dependentes de competência técnico-política de seus profissionais ou conjugada a determinados programas e projetos sociais, não se efetivando integralmente em nível institucional e estrutural. Em função de uma série de entraves que se postam no processo de implementação da intersetorialidade e que se remetem fundamentalmente aos desafios inerentes a construção de uma esfera pública e democrática, bem como se referem à cultura política nacional, a trajetória histórica da Política de Assistência Social e a organização estrutural do poder público, tendo em vista que a concretização da intersetorialidade implica em mudanças culturais e de valores em direção a uma cultura política democrática,

dirigida a ampliação da participação dos sujeitos sociais e pautada na ótica do direito numa perspectiva de construção de patamares mais dignos de cidadania e proteção social. Para tanto, a criação de espaços de socialização de informações e compartilhamento de poder, juntamente com a qualificação técnica-política dos agentes sociais se mostram como relevantes estratégias para materialização da intersectorialidade no sentido almejado.

Palavras- chave: Intersetorialidade. Política de Assistência Social. Proteção Social.

ABSTRACT

The debate about intersectionality acquired relevance in the management of public policies in Brazil as the expressions of social issues are becoming radicalized as a result of a historical trajectory of fragmentation and division of public policies (particularly social) with insignificant social impacts, together with a policy based on socioeconomic globalization and neoliberalism on the grounds and as a result of the restructuring process, among others. In this sense, it emerges as the intersectoral strategy to cope with the manifestations of social issues from a perspective of full coverage with a view to extending the rights of citizenship and an integral social protection. Facing this, this study focuses on the implementation process of intersectoral cooperation between the Social Policy and other public policies in the city of Porto Alegre, aiming to analyze how actions are being developed in the framework of that policy, terms and purposeful operational for the materialization of intersectoral cooperation. It is investigated, so the processes of management and operation of intersectoral cooperation at the core of that policy, identifying barriers and strategies for its implementation. It constitutes qualitative research, guided by the critical-dialectical method and which type of sample was intentional and the instruments used to collect data were the form of semi-structured and systematic observation. This investigation showed that the intersectoral does not yet constitute the city of Porto Alegre, under the Common Welfare, more extended, as a paradigm for the management of it, because she is still tied to specific actions of the competence-dependent policy professionals or conjugated to specific programs and social projects, is not fully in effecting structural and institutional level. Due to a series of obstacles who stand in the implementation of intersectoral cooperation and that they refer primarily to the challenges inherent in building a democratic public sphere, and refers to the national political culture, the historical trajectory of the Social Assistance Policy and structural organization of public power in order that the implementation of intersectoral cooperation entails cultural change and values towards a democratic political culture, aimed at widening the participation of social subjects and based on the viewpoint of the right perspective of building heights more worthy of citizenship and social protection. To do so, creating spaces for socialization

of information and power sharing, along with the technical skills social-political actors to show how relevant intersectoral strategies for materialization of the desired effect.

Key-words: intersectionality. social policy. social protection.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1- Classificação das redes sociais.....	68
Quadro 2- Processo de categorização.....	90
Quadro 3- Estruturação da Política de Assistência Social no Município de Porto Alegre.....	95
Figura 1- Representação do conceito de intersetorialidade.....	103

LISTA DE SIGLAS

CF- Constituição Federal
CMAS- Conselho Municipal de Assistência Social
CONGEMAS- Colegiado de Gestores Municipais de Assistência Social
CORAS- Comissões Regionais de Assistência Social
CRAS- Centro de Referência de Assistência Social
CREAS- Centro de Referência Especializada de Assistência Social
FASC- Fundação de Assistência Social e Cidadania
FHC- Fernando Henrique Cardoso
FMAS- Fundo Municipal de Assistência Social
FONSEAS- Fórum Nacional de Secretários de Estado de Assistência Social
LOAS- Lei Orgânica de Assistência Social
NOB-RH- Norma Operacional Básica de Recursos Humanos
NOB-SUAS- Norma Operacional Básica – Sistema Único de Assistência Social
PAI- Programa de Atenção ao Idoso
PAIF- Programa de Atenção Integral à Família
PBF- Programa Bolsa-família
PEMSE- Programa Municipal de Execução de Medidas Socioeducativas
PIB- Produto Interno Bruto
PIM- Primeira Infância Melhor
PNAS- Política Nacional de Assistência Social
PNB- Produto Nacional Bruto
POA- Porto Alegre
RH- Recursos Humanos
RS- Rio Grande do Sul
SASE- Serviço de Apoio Socioeducativo
SESC- Serviço Social do Comércio
SESI- Serviço Social da Indústria
SUAS- Sistema Único de Assistência Social
UAMPA- União das Associações de Moradores de Porto Alegre

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL BRASILEIRO: CONFIGURAÇÕES E PERSPECTIVAS.....	17
2.1	SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL: UMA BREVE REVISÃO HISTÓRICA E CONCEITUAL.....	17
2.2	A FORMAÇÃO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL BRASILEIRO: (ENTRE) DO SEGURO À SEGURIDADE SOCIAL.....	25
2.3	A SEGURIDADE SOCIAL (NÃO) IMPLEMENTADA NO BRASIL: O DESAFIO DA INTEGRALIZAÇÃO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL.....	36
3	POLITICA DE ASSISTENCIA SOCIAL EQUANTO POLÍTICA DE SEGURIDADE E PROTEÇÃO SOCIAL.....	45
3.1	O LEGADO HISTÓRICO DA ASSISTENCIA SOCIAL.....	45
3.2	POLITICA NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL: UM NOVO PADRÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	52
3.2.1	Assistência Social: da Lei Orgânica à Política Nacional.....	52
3.2.2	Política de Assistência Social enquanto política de proteção social.....	57
3.3	SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: ESTRUTURAÇÃO DA GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	62
3.3.1	Territorialidade e intersetorialidade numa perspectiva de redes sociais: bases estruturais do SUAS.....	62
3.3.2	Conselhos gestores de assistência social: mecanismos de implementação da intersetorialidade?.....	71
4	O PERCURSO METODOLÓGICO: CAMINHO PARA A TRANSFORMAÇÃO.....	76
4.1	CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO E DOS SUJEITOS DA PESQUISA.....	76

4.2	METODO.....	
4.3	INSTRUMENTOS E TÉCNICAS DE COLETA DE INFORMAÇÕES...	84
4.4	ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES: CAPTANDO O NOVO EMERGENTE.....	86
5	INTERSETORIALIDADE: GESTÃO E OPERACIONALIZAÇÃO EM PORTO ALEGRE.....	92
5.1	ESTRUTURAÇÃO DA POLITICA DE ASSISTENCIA SOCIAL EM PORTO ALEGRE.....	92
5.2	DE ONDE FALAM OS SUJEITOS DA PESQUISA?.....	96
5.3	INTERSETORIALIDADE: CONCEPÇÕES E PREMISAS.....	98
5.4	GESTÃO DA INTERSETORIALIDADE: DEBATE E PLANEJAMENTO DE AÇÕES INTERSETORIAIS.....	104
5.5	ARTICULAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DA INTERSETORIALIDADE NA PERPSECTIVA DE REDES SOCIAIS...	107
6	CULTURA POLÍTICA BRASILEIRA: ENTRE OS LIMITES E AS POSSIBILIDADES PARA IMPLEMENTAÇÃO DA INTERSETORIALIDADE.....	117
6.1	OBSTÁCULOS E ESTRATÉGIAS PARA IMPLEMENTAÇÃO DA INTERSETORIALIDADE NO ÂMBITO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	118
6.2	OBSTÁCULOS E ESTRATÉGIAS PARA IMPLEMENTAÇÃO DA INTERSETORIALIDADE EM ÂMBITO MUNICIPAL.....	127
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	145
	REFERÊNCIAS.....	151
	APÊNDICE A- Formulário.....	165
	APÊNDICE B - Roteiro de observação.....	168
	APÊNDICE C - Termo de consentimento livre e esclarecido	169

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo versa sobre o processo de implementação da intersetorialidade entre a Política de Assistência Social e as demais políticas públicas no Município de Porto Alegre. E a intencionalidade de pesquisar acerca desta temática se alicerça no compromisso assumido pela Política de Assistência Social em direção a proteção social e a materialização dos direitos sociais. Nessa via, pressupõe sua articulação com as demais políticas com vistas a garantir o acesso da população ao conjunto de políticas públicas, bem como o atendimento a totalidade das manifestações da questão social numa perspectiva de proteção social integral e de alargamento dos direitos de cidadania.

Diante disto, este estudo propõe-se em caráter geral a analisar como estão sendo implementadas ações, em termos propositivos e operacionais, no âmbito da Política de Assistência Social, para a materialização da intersetorialidade. Para tanto, delimitou-se como objetivos específicos a análise dos processos de gestão e operacionalização da intersetorialidade no cerne da referida política e a identificação dos entraves e estratégias que se colocam à concretização da intersetorialidade. Sendo assim, elegeu-se como locus de análise o Conselho Municipal de Assistência Social, enquanto espaço privilegiado de controle social e co-gestão da política, condensando diferentes sujeitos sociais, que integram distintos olhares, perspectivas e espaços sócio-ocupacionais, possibilitando, assim, uma maior aproximação com a multiplicidade de aspectos que compõe a totalidade do fenômeno estudado.

A fim de contextualizar e subsidiar o debate acerca da temática inicia-se este estudo a partir da compreensão sobre a configuração histórica assumida pelo sistema de proteção social brasileiro, explicitando a evolução histórica das políticas públicas (com recorte nas políticas sociais) e relacionando-as ao contexto socioeconômico e político nacional. Objetiva-se, assim, elucidar os desafios que se colocam a enunciação e efetivação de um sistema de proteção social ancorado na seguridade social, isto é, num modelo de proteção social universalista e democrático e para a implementação da intersetorialidade numa perspectiva de proteção social integral, principalmente após a adesão ao ideário neoliberal, que implicou no redimensionamento das relações entre Estado e sociedade e na reconfiguração das políticas públicas, entre outros.

Subseqüentemente, dirigem-se as observações para a esfera da Política de Assistência Social enquanto política integrante da seguridade social e do sistema de proteção social. Nesse sentido, clarifica-se como a referida política está estruturada, em termos de diretrizes de gestão e operacionalização, na perspectiva da Política Nacional de Assistência Social e do Sistema Único de Assistência Social, partindo-se de seu resgate histórico. Enfocando o debate sobre os eixos estruturantes do SUAS no que tange a territorialidade e intersetorialidade, inclusive, elucidando conceitos que subsidiaram teoricamente o estudo, bem como debatendo significados e contradições ideo-políticas que permeiam o processo de implementação da intersetorialidade na perspectiva de redes sociais.

O capítulo que segue contempla o percurso metodológico que embasa o estudo, que se caracteriza por uma pesquisa qualitativa, fundamentada no método dialético-crítico a partir do referencial do materialismo histórico para a investigação. Para tanto se articula ao longo do estudo as principais categorias dialéticas que compõem o método: a *totalidade*, que propõe a interconexão entre os fatos, como um todo estruturado e dialético; a *historicidade*, já que os fatos são construídos historicamente; e *contradição*, característica inerente a dialética e entendida como uma negação inclusiva. Da mesma forma, utilizou-se de uma amostra intencional, cuja coleta de informações se deu mediante a utilização de um formulário de entrevista semi-estruturada e por intermédio de observações sistemáticas das plenárias do Conselho.

Posteriormente, apontam-se as informações coletadas na pesquisa, divididos em dois capítulos de acordo com as categorias finais de análise, a saber: intersetorialidade e cultura política, de forma a descrevê-las, interpretá-las e analisá-las. O primeiro destes capítulos refere-se à análise dos processos de gestão e operacionalização da intersetorialidade, no âmbito da Política de Assistência Social, perpassando pela abordagem das concepções e premissas que permeiam a temática. Para tanto, faz-se uma breve elucidação acerca da configuração e estruturação da Política de Assistência Social no município de Porto Alegre e dos sujeitos que integram o estudo. Já o segundo, analisa e debate acerca dos obstáculos e estratégias identificadas no processo de implementação da intersetorialidade tanto na esfera do Conselho Municipal de Assistência Social quanto em âmbito municipal, pontuando e analisando os desafios que se postam a materialização da intersetorialidade entre a Política de Assistência Social e as

demais políticas públicas e que se encontram, basicamente, enraizados na cultura política e nas particularidades da formação social brasileira, bem como na configuração história das políticas sociais, em especial da assistência social e, por fim, na organização estrutural do poder público.

Compreendendo a efetivação da intersectorialidade, em suas contradições, como possibilidade de constituir-se enquanto mecanismo de atendimento à totalidade das dimensões sociais em direção a uma proteção social integral e a construção de patamares mais dignos de cidadania busca-se finalizar este estudo, por intermédio de considerações aproximativas com a realidade apresentada através das informações coletadas, articulando-as ao contexto conjuntural e estrutural que as circundam e reafirmando o compromisso ético-político dos sujeitos sociais envolvidos neste processo, enquanto exigência para materialização da intersectorialidade na perspectiva enunciada, que incorpora a idéia de integração, território, equidade e direitos humanos. Portanto, em consonância com o projeto ético-político do Serviço Social que se compromete, em ultima instância, com o sujeito social, afirmando valores de justiça social e cidadania.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação teve como objetivo analisar como estão sendo desenvolvidas ações, em termos propositivos e operacionais, no âmbito da Política de Assistência Social, para implementação da intersectorialidade com as demais políticas públicas no município de Porto Alegre. Nesse sentido, buscou-se investigar os processos de gestão e operacionalização da Política de Assistência Social em direção à materialização da intersectorialidade, identificando entraves e estratégias para concretização da mesma. Salienta-se o Conselho Municipal de Assistência Social como locus do estudo, tendo em vista que este integra diferentes segmentos, que falam de lugares distintos e com diversificados olhares, possibilitando uma aproximação das múltiplas dimensões que envolvem a totalidade do fenômeno pesquisado.

A implementação da intersectorialidade adquiriu relevância no debate acerca das políticas públicas à medida que a realidade social se tornou mais complexa e dinâmica, em que as expressões da questão social têm se “produzido e reproduzido de forma ampliada” (IAMAMOTO, 2008, p.161), espalhadas em todas as dimensões da vida em sociedade, imprimindo a necessidade interventiva que apreenda a totalidade de tais dimensões numa perspectiva de integralidade da proteção social. Pondo-se, nessa via, como um desafio para a eficiência e eficácia das políticas públicas, dentre elas a Política de Assistência Social, já que, como preconizado pela PNAS, ela deve ser executada de forma articulada as demais políticas setoriais.

Esse desafio assume novas proporções à medida que: 1) a configuração do sistema de proteção social assumido no país não se referenciou pelo modelo público e universalista de proteção social, nos moldes do modelo bereridgiano e apesar da enunciação da seguridade social na Constituição Federal de 1988, criou-se, de fato, um sistema híbrido, articulando a lógica do seguro social a lógica da assistência; 2) a trajetória histórica assumida pelas políticas sociais, enquanto expressão de lutas e conflitos em torno dos direitos sociais, deu-se de forma fragmentada, setorializada, com sobreposição de programas e projetos, com ínfimo impacto social e fortemente imbricadas por características da formação social brasileira, principalmente na órbita da Política de Assistência Social; 3) a adesão nacional ao ideário neoliberal redimensionou as relações entre Estado e sociedade, preconizando a redução do

primeiro mediante a transferência de parte de suas atribuições para esfera privada e o terceiro setor, bem como propôs a redução dos gastos sociais coadunando com políticas sociais privatizadas e focalizadas.

Este contexto socioeconômico e político está no cerne do debate sobre a implementação da intersectorialidade, visto que ela vem atentar para uma nova modalidade de gestão social, podendo articular por intermédio de redes sociais a esfera pública e privada. E, contraditoriamente, isto pode representar a instauração de um “modelo mais flexível e participativo que envolva negociação e participação dos usuários e demais interlocutores nas decisões e ações das políticas públicas” (COMERLATTO et al, 2007, p.266), em consonância com uma perspectiva de alargamento da esfera pública democrática mediante a inserção de diversos sujeitos sociais, visando o compartilhamento de distintos saberes em direção ao atendimento da totalidade das dimensões sociais, bem como pode coadunar com o pressuposto de incapacidade do Estado condizente com os preceitos da reforma administrativa.

Nesse sentido, a intersectorialidade entre as políticas públicas a partir de redes sociais se situa num campo de disputas ideo-políticas, pois a “intersectorialidade não é um fim em si mesma e nem irá, por si só, promover o desenvolvimento e a inclusão social” (JUNQUEIRA, INOJOSA; KOMATSU, 1997, p.24). Logo, ela poderá servir, concomitantemente, como mecanismo de cooptação e manutenção da ordem vigente ou como forma de resistência a esta, voltando-se para a ampliação da participação dos sujeitos, num viés de cidadania atrelado ao efetivo controle social, em que a intersectorialidade representará, de acordo com Inojosa (1998, p.44), “o caminho para a construção de uma esfera pública efetivamente democrática”.

Porém, inegavelmente, a intersectorialidade simboliza a possibilidade de uma articulação de saberes e experiências entre as políticas públicas de modo a viabilizar e garantir qualidade de vida a população mediante o atendimento integral da totalidade das expressões da questão social. Com base nisso, a intersectorialidade juntamente com a territorialização e a sociomaterialidade constituem a base estrutural do Sistema Único de Assistência Social, em consonância, com os objetivos da Política de Assistência Social enquanto política direcionada a inclusão e proteção social. Portanto, a materialização da intersectorialidade torna-se mister para que a Política de Assistência Social adquira efetividade, pois a proteção e inclusão social perpassam, necessariamente, pelo acesso ao conjunto de políticas públicas.

Com base nessa assertiva, elaborou-se o presente estudo a fim de compreender quais as concepções assumidas pelos sujeitos sobre intersectorialidade, como se processa a gestão e a operacionalização da intersectorialidade no âmbito da assistência social, identificando seus limites e desafios. Para, numa perspectiva propositiva, apreender-se as possibilidades e alternativas que contribuem para implementação da intersectorialidade no município de Porto Alegre.

Verifica-se uma concordância em termos de conceituação e compreensão da intersectorialidade, aproximando-a da idéia de trabalho conjunto entre as diversas políticas, abrangendo planejamento e execução, que se efetiva mediante articulações e interlocuções entre estas, em que há um objetivo compartilhamento de objetivos e um direcionamento coletivo, visando garantir o acesso da população ao conjunto de políticas públicas e o atendimento a totalidade das necessidades humanas na perspectiva dos direitos sociais. Com especial destaque ao planejamento, enquanto fator determinante na identificação de ações intersectoriais, distinguindo-as de simples interfaces, e como propulsor de programas e projetos intersectoriais mais eficientes.

Da mesma forma, tem-se que a intersectorialidade entre a Política de Assistência Social e as demais políticas públicas se operacionaliza atrelada, especificamente, a programas e projetos e ainda não se constitui num sentido mais ampliado, como paradigma de gestão da Política de Assistência Social. Em consonância com este formato, as redes sociais, como instrumento estratégico de operacionalização da intersectorialidade, apresentam apenas conjugações interinstitucionais e inter-rede, constituindo, assim, redes no âmbito da própria política (redes setoriais), enquanto as conjugações inter-redes ou intersectoriais que viabilizam as redes intersectoriais exibem-se de forma, ainda, incipiente.

Evidencia-se, também, que as redes sociais se ancoram basicamente em relações pessoais entre os profissionais, sendo raramente constituídas formalmente ou integrando fluxos e processos padronizados entre as políticas ou entre seus atores sociais. Isso incorre na reprodução da característica personalista da formação social brasileira em que o acesso aos bens e serviços vê-se adstrito às relações personalistas que se configuram ora como compadrio e favor ora como repressão e, nessa perspectiva, origina-se um padrão particular de acesso ao conjunto de políticas públicas guiado pela “prática da dependência da pessoa, a exceção a

regra” (SCHWARZ, 1991, p.16). Logo, as redes interpessoais, na inexistência de fluxos formais, tornam-se elementos viabilizadores e mediadores do acesso da população ao conjunto de políticas públicas, mas, simultaneamente, reforçam o estigma do direito enquanto privilégio mantendo o *status quo* vigente. Portanto, a formalização das redes sociais e a construção de procedimentos e fluxos constituem-se como estratégia significativa no processo de materialização da intersetorialidade.

Não obstante, a operacionalização da intersetorialidade numa perspectiva de redes sociais tendo como base estrutural o território também se revela como instrumento de enfrentamento das manifestações da questão social e viabilizador da implementação da intersetorialidade à medida que a Política de Assistência Social se imprimir enquanto política territorial, ou seja, transpondo o planejamento setorial e assumindo uma matriz regional, como norteadora da gestão e execução da referida política, articulando, assim, seus planos setoriais e sua rede de serviços à realidade apresentada no território. Uma vez que é no âmbito do território que se expressam as múltiplas dimensões sociais, suas relações, necessidades e potencialidades, então “é sobre esse chão cotidiano que se encontra o desafio de, para além da constatação das desigualdades das cidades, partir para pensar sobre as estratégias de armar políticas públicas voltadas para inclusão social e para a justiça social” (KOGA, 2003, p.221-222).

Entretanto, apesar da Política de Assistência Social já se configurar territorialmente (CRAS, CREAS), notabiliza-se que a intersetorialidade ainda não se constitui no município de Porto Alegre, no âmbito da referida política, de forma mais ampliada, enquanto um paradigma de gestão da mesma, pois ela está atrelada a ações pontuais dependentes da competência técnica-política de seus profissionais ou conjugada a determinados programas e projetos sociais, não se efetivando integralmente em nível institucional e estrutural. Em função de uma série de entraves que se apresentam no processo de implementação da intersetorialidade.

No escopo do Conselho Municipal de Assistência Social se observa entraves atinentes a esfera pública, girando em torno da efetiva participação e representação que por sua vez, pressupõem o compartilhamento e acesso aos instrumentos de poder. Trata-se dos dilemas referentes à construção de uma esfera pública e democrática que articule controle social e intersetorialidade.

Por outro lado, em âmbito municipal, evidenciam-se obstáculos que se remetem a cultura política nacional e a construção histórica da Política de Assistência Social, bem como em relação à organização estrutural do poder público, pois a materialização da intersetorialidade não depende exclusivamente de vontade política, embora seja interpelada por esta. Nesse sentido, a intersetorialidade requer a concretização da interdisciplinaridade, enquanto estratégia de apreensão da totalidade das dimensões sociais e como pressuposto de compartilhamento de poder entre os sujeitos sociais e, portanto, supõe a superação da histórica setorialização das políticas sociais, arraigadas em estruturas piramidais e verticalizadas em direção a um novo desenho organizacional ancorado na territorialidade e matricialidade e em relações horizontais de poder entre os sujeitos sociais. E, não obstante, pressupõe mudanças na cultura das organizações gestoras e de práticas institucionalizadas fundadas em valores individualistas, ou seja, impõe a construção de uma nova cultura política que rompa com a tradição conservadora e autoritária construída historicamente no campo das políticas sociais em direção a uma cultura política democrática, voltada a ampliação da participação dos sujeitos sociais mediante a partilha de poder, pautada na ótica do direito num viés de construção de patamares mais dignos de cidadania e proteção social.

Considerando que o “espaço da intersetorialidade é de compartilhamento de saber e de poder, de construção de novas linguagens, de novos conceitos que não se encontram estabelecidos ou suficientemente experimentados” (PAULA et al, 2004, p. 341), torna-se fundamental identificar estratégias e possibilidades que apontem o caminho para a materialização da intersetorialidade. E, nessa via, os fóruns, redes e plenárias se apresentam como importantes espaços de socialização de informações, incorporação de diferentes sujeitos sociais e de compartilhamento de poder. Da mesma forma, as capacitações sistemáticas e continuadas, requeridas tanto para o exercício da participação em espaços públicos quanto na gestão e operacionalização da Política de Assistência Social, com vistas à qualificação técnica, política e ética dos sujeitos sociais, constituem-se, juntamente com os supracitados espaços de socialização de informações, relevantes estratégias de implementação da intersetorialidade.

Assim, ao finalizar este estudo convêm algumas ponderações, a primeira delas se refere à provisoriedade das construções teóricas inferidas sobre a temática da intersetorialidade, que não se esgotam na presente dissertação, exigindo a

continuidade de investigação. Em segundo lugar, salienta-se que o desafio para a materialização da intersectorialidade no sentido almejado pela Política de Assistência Social, ou seja, embasada ideo-politicamente numa vertente de “inter-relacionar cidadania, redistribuição e territórios” (KOGA, 2003, p.29) com vistas à apreensão da totalidade das expressões da questão social e de uma protecção social integral, pressupõe articulá-la aos arranjos estruturais e conjunturais, a fim de apreendê-los em sua totalidade e contradição, tendo em vista que “os caminhos da construção da intersectorialidade são tortuosos, pois o novo é novo, mas também é incompleto, cheio de imperfeições e desafios, vem sempre carregando o velho e precisa sempre ser reinventado outra vez (PAULA et al, 2004, p.341).

REFERÊNCIAS

AGUINSKY, Beatriz G.; FERNANDES, Idilia; TEJADAS, Silvia da Silva. Entre a garantia de direitos e o reforço à subalternização: concepções e práticas ainda em disputa sobre o público-alvo da política de assistência social. In: MENDES, Jussara Maria Rosa; PRATES, Jane Cruz; AGUINSKY, Beatriz G. *O Sistema Único de Assistência Social: entre a fundamentação e o desafio da implantação*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009, p.63- 82.

ALMEIDA, Laura M. P. *Vulnerabilidade social, conceito: desenvolvimento humano no Recife*. Recife: Atlas Municipal, 2005.

ALMEIDA FILHO, Naomar. Interdisciplinaridade, transdisciplinaridade e saúde coletiva: atualizando um debate aberto. *Revista de Administração Pública*. n.6, p.11-34, nov/dez. 2000.

ALVES, José Eustáquio Diniz. O direito ao pleno emprego e ao trabalho decente. 2010. Disponível em:< <http://www.ecodebate.com.br/2010/08/11/o-direito-ao-pleno-emprego-e-ao-trabalho-decente-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/>> Acesso em 08 de jan. 2011.

ANDRADE, Iraci de. *Direito a proteção social: desafios a sua materialização*. Dissertação de Mestrado em Serviço Social: PUC-RS, Porto Alegre, 2008.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo, Cortez, 1995.

ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO DA REGIÃO METROPOLITANA. Disponível em: < http://www2.portoalegre.rs.gov.br/observatorio/default.php?p_secao=4> Acesso em 20 out. 2010.

BAPTISTA, Myriam Veras. *Planejamento social: intencionalidade e instrumentação*. São Paulo: Veraz, 2003.

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1979.

BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivaneti. *Política social: fundamentos e história*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BEHRING, Elaine Rossetti. Política social no contexto da crise capitalista. In: CFESS; ABEPS. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília, 2009, p.302-321.

BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

BOSCHETTI, Ivaneti. A política de seguridade social no Brasil. In: CFESS; ABEPS. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília, 2009, p.324-338.

_____. *Assistência social no Brasil: um direito entre originalidade e conservadorismo*. 2 ed. Brasília: GESST/SER/UnB, 2003.

BOSCHETTI, Ivaneti; SALVADOR, Evilásio. Orçamento da Seguridade Social e política econômica: perversa alquimia. *Revista Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez, n.87, p.25-57,2006.

BOURDIER, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papius, 1996.

_____. *O poder simbólico*. 4 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BRASIL. *Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado*. Brasília: Presidência, 1995. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/publi_04/colecao/plandi.htm> Acesso em jun. 2010.

_____. *Constituição Federal do Brasil*. Brasília, 1988.

_____. *Lei Orgânica de Assistência Social*. Brasília, 1993.

_____. *Política Nacional de Assistência Social*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2004.

_____. *Norma Operacional Básica- NOB/SUAS: Construindo as bases para implantação do Sistema Único de Assistência Social*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2005.

_____. Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS- NOB-RH/SUAS. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2006.

_____. Lei Federal Nº 10.836, de criação do Bolsa-família e dá outras providências. Brasília, 2004. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/lei/l10.836.htm> Acesso em 25 de out. 2010.

BRAVO, Maria Inês. Relatório nº 990.237. In: Projeto de *controle social na saúde. Uma demanda ao serviço social*. Rio de Janeiro: UERJ, 2000.

_____. *Saúde e Serviço Social*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

CAMPOS, Andre et al (org). *Atlas da exclusão social no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2003.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant. Gestão Social: alguns apontamentos para o debate. In: Elizabeth de Melo Rico e Raquel Raichellis. *Gestão Social: uma questão em debate*. São Paulo: EDUC, 1999.

CASTRO, Jorge Abrahão. Política social: alguns aspectos relevantes para discussão. In: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. *Concepção e gestão da proteção social não contributiva*. Brasília, p.87- 126, 2009.

CHAUÍ, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

_____. *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

COHN, Amélia. *Saúde no Brasil: política e organização dos serviços*. São Paulo: Cortez, 2005.

COHN, Amélia. A questão social no Brasil: a difícil construção da cidadania. In: In: MOTA, Carlos Guilherme. *Viagem incompleta: a experiência brasileira- A grande transação*. São Paulo: Editora SENAC, p.385-403, 2000.

COMERLATTO, Dunia et al. Gestão de políticas públicas e intersetorialidade: diálogo e construção essenciais para os conselhos municipais. *Revista Kátalyses*. Florianópolis. v.10, n.2, p. 265-271, jul-dez 2007.

COSTA, Lucia Cortes da. *Os impasses do Estado capitalista: uma análise sobre a reforma do Estado no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2006.

COUTO, Berenice Rojas. *O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?* 2 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

CUNHA, Eleonora Schettini Martins. O potencial de conselhos de políticas e orçamentos participativos para o aprofundamento democrático. In: DAGNINO, Evelina; TABAGIBA, Luciana (orgs). *Democracia, sociedade civil e participação*. Chapecó: Argos, p.24-44, 2007.

CURY, Carlos Alberto Jamil. *Educação e contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo*. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, espaços público e a construção democrática no país: limites e possibilidades. In: DAGNINO, Evelina. *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DALLARI, Dalmo de Abreu. Sociedade, Estado e direito: caminhada brasileira rumo ao século XXI. In: MOTA, Carlos Guilherme. *Viagem incompleta: a experiência brasileira- A grande transação*. São Paulo: Editora SENAC, p.441-488, 2000.

DEMO, Pedro. *Educação pelo avesso: assistência como direito e como problema*. São Paulo: Cortez, 2000.

DI GIOVANNI, Geraldo. "Sistema de proteção social: uma introdução conceitual". In: OLIVEIRA, Marco Aurélio de (org.). *Reforma do Estado e políticas de emprego no Brasil*. Campinas, São Paulo, UNICAMP, IE, 1998.

DRAIBE, Sônia Miriam. Brasil: o sistema de proteção social e suas transformações recente. *Projeto Regional de Reformas de Política Pública*. CEPAL / Gobierno de los Países Bajos. Série Reformas de Política Pública, n.º 14, Santiago de Chile, 1993.

DRAIBE, S. M. Brasil 1980-2000: proteção e insegurança sociais em tempos difíceis. Santiago del Chile, 2002. Disponível em: <
www.nepp.unicamp/Cadernos/Cadernos65.pdf> Acesso em 06 ago. 2010.

_____. *O Welfare State no Brasil: características e perspectivas*. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, São Paulo, out. 1988. Anais. São Paulo: Anpocs, p. 13-61, 1989.

_____. AURELIANO, L. *A especificidade do welfare-state brasileiro. Economia e desenvolvimento: a política social em tempo de crise*, Brasília: CEPAL, MPAS, v. 3, p. 86-179, 1988.

DUARTE, José. *Constituição Federal de 1946*. Vol 3. Rio de Janeiro, 1947.

FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil: ensaios de interpretação sociológica*. 3 ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

FLEURY, Sonia Maria Teixeira. O desafio da gestão das redes de políticas. *VII Congresso Internacional Del CLAD sobre Reforma Del Estado y de La Administracion Pública*. Lisboa, pg. 8-11, 2002.

GAETANE, Francisco. Gestão e avaliação de políticas e programas sociais: subsídios para discussão. Belo Horizonte: Fundação José Pinheiro, *Série Cadernos e Textos*, n.3, jul. 1997.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1989.

GOHN. M. G. *Conselhos gestores e Participação sócio-política*. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. *O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. Participação e gestão popular da cidade. *Revista Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez, n 26, Ano IX, abr. 1988.

GOMÉS, Gregório; FLORES, Javier. *Metodología de la Investigación Cualitativa*. Buenos Aires, Ediciones Aljibe, 1996.

GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

GROS, Denise Barbosa. *Institutos Liberais e neoliberalismo no Brasil da Nova República*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 2003.

GUARÁ, Isa M. Ferreira da Rosa et. al. *Gestão Municipal dos serviços de atenção à criança e ao adolescente*. São Paulo: IEE/PUC - SP; Brasília: SAS/MPAS, 1998.

GUIMARÃES, Fabiana Aguiar de Oliveira. *Rede social e suas contradições: espaço de disputa ideo-política*. Dissertação de Mestrado em Serviço Social- PUC RS, Porto Alegre, 2007.

GUSDORF, G. *A interdisciplinaridade*. Ciências Humanas. Rio de Janeiro, 1(2):13-22, jul.set., 1977.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IAMAMAMOTO, Marilda Villela. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. *Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

INOSOJA, Rose Marie. Sobre os conselhos e a fragmentação das políticas sociais. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro: FGV, mar/abr, 1998, p. 35-48.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo 2010. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/total_populacao_rio_grande_do_sul.pdf Acesso em 25 de out. de 2010.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA. Radar Social de 2006. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/radar2006/> > Acesso em 10 de ago. 2010.

JAPIASSU, H. *Interdisciplinaridade e patologia do saber*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

JUNQUEIRA, Luciano A.P. Novas Formas de Gestão na Saúde: Descentralização e Intersetorialidade. São Paulo: *Revista Saúde e Sociedade*, v.6, p.31-46, ago-dez 1998.

_____. A gestão intersetorial das políticas sociais e o terceiro setor. *Revista Saúde e Sociedade*, v. 13, n. 1, p.25-36, jan/abr. 2004.

JUNQUEIRA, Luciano A. P.; INOJOSA, Rose Marie; KOMATSU, Suely. Descentralização e intersetorialidade na gestão pública: a experiência de Fortaleza. In: *XI Concurso de Ensayos del CLAS "El transito de La cultura burocrática AL modelo de La gerencia"*. Caracas, 1997.

KAUCHAKJE, Samira, DELAZARI, Luciene Stamato, PENNA, Manoel Camillo. Sistema de Informação da Política de Assistência Social, Redes Sociais e Rede Socioassistencial: inclusão e controle social. In: BATINNI, Odária (Org). *SUAS:Sistema Único de Assistência Social em debate*. São Paulo: Veras Editora, 2007.

KOGA, Dirce. *Medidas de cidades: entre territórios de vida e territórios vividos*. São Paulo: Cortez, 2003.

KOSIK, K. *Dialética do concreto*. Traduzido por Célia Neves e Alderico Toríbio. 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

LEFEBVRE, Henri. *Lógica formal e lógica dialética*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

LOPES, Márcia Helena Carvalho Lopes. O tempo do SUAS. *Revista Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez, n. 87, p.76-95, 2006.

MARCONI ,M. A.; LAKATOS, E. M. *Fundamentos de Metodologia Científica*. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARX, K; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. Tradução Frank Muller. 3 ed. São Paulo: Martin Claret, 2005.

MARX, K. *Contribuição à crítica da economia política*. Tradução Florestan Fernandes, 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. *Manuscritos Econômicos e Filosóficos*. In: FROMM, E. Conceito marxista do homem. 5.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

_____. *A questão judaica*. Rio de Janeiro: Moraes, 1975.

_____. *Miséria de la filosofia*. Moscú: Editorial Progreso, 1981.

MENDES, Denise Cristina Vitale. Representação política e participação: reflexões sobre o déficit democrático. *Revista Katalysis*. Florianópolis, v.10, n.2, p.143-153, jul/dez. 2007.

MENICUCCI, Telma Maria Gonçalves. Intersetorialidade, o desafio atual para as políticas sociais. *Revista Pensar BH – Política Social*, Belo Horizonte, Maio-Julho/2002.

_____. *Gestão de políticas públicas: estratégia para construção de uma agenda*. In: IX Congresso Nacional Recreación Coldeportes/FUNLIBRE. Bogotá, 2006. Disponível em: <www.redcreation.org/documentos/congresso9/TMenicucci.html>. Acesso em 24 out. 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). *Pesquisa Social: Teoria, Método e criatividade*. 10 ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

MINCATO, Ramone; OLIVEIRA, Mara de. *Hipóteses preliminares: refletindo sobre alguns fatores sociais*. Curso de Aperfeiçoamento: atendimento à família. Produzido para fins didáticos. Caxias do Sul: UCS/PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO/COAS, outubro de 2007.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Dados dos municípios. Disponível em <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ascom/index.php?cut=aHR0cDovL2FwbGljYWNvZXMubWRzLmdvdi5ici9zYWdpL2FzY29tL2dlcmFyL2luZGV4LnBocA==&def=v>> Acesso em set. 2010.

MISHRA, Ramesh. *O Estado Providência na sociedade capitalista*. Oeiras/Portugal: Celta, 1995.

MONTANO, Carlos. *O terceiro setor e a questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. São Paulo: Cortez, 2002

MOTA, Ana Elizabete. *Cultura da crise e seguridade social: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90*. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. *Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional*. São Paulo: Cortez, 2006.

MORAES, Roque. *Análise Textual Discursiva*. Ijuí: Unijui, 2007.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. *Um Estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

OLIVEIRA, Francisco de. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In: OLIVEIRA, Francisco de; PAOLI, Maria Célia. *Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global*. Petrópolis: vozes, 1999, p.27-51.

OLIVEIRA, Mara de Oliveira. Acessando direitos sociais: redes municipais de políticas sociais- espaços de articulação entre as políticas públicas. *Revista Virtual Textos e Contextos*, n. 3, ano III, dez. 2004.

OLIVEIRA, Heloisa Maria José de. *Cultura política e assistência social: uma análise das orientações dos gestores estaduais*. São Paulo: Cortez, 2003.

OLIVEIRA, Íris Maria de. Cultura política, direitos e política social. In: BOSCHETTI, Ivanete et al (Orgs.) *Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas*. São Paulo: Cortez, 2008.

PAIVA, Beatriz Augusto de. O SUAS e os direitos socioassistenciais: a universalização da seguridade social em debate. *Revista Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez, n. 87, p.5-24, set. 2006.

PARKMAN, Marcelo. Redes: uma metáfora para prática de intervenção social. In: Dabas, E.& Najmanovich, D. (org.). *Redes el lenguaje de los vínculos: Hacia la reconstrucción y el fortalecimiento de la sociedad civil*. Buenos Aires, Paidós, 1995. p. 420-55.

PAULA, K.A. et al. Intersetorialidade: uma vivência prática ou um desafio a ser conquistado? *Revista Interface: Comunicação, Saúde, Educação*. v 8, n 15, p.331-348, mar/ago 2004.

PEREIRA, Potyara A. P. *Política social: temas e questões*. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. *Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais*. São Paulo: Cortez, 2006

_____. Como conjugar especificidade e intersectorialidade na concepção e implementação da Política de Assistência Social. *Revista Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez, n.77 , p.54-62, 2004.

_____. Sobre a Política de Assistência Social no Brasil. In: PEREIRA, Potyara A. P.; BRAVO, Maria Inês Souza. *Política Social e democracia*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2002, p.217-223.

_____. *A assistência social na perspectiva dos direitos: crítica aos padrões dominantes de proteção aos pobres no Brasil*. Brasília. Thesaurus, 1996.

PERISSINOTTO, Renato Monseff; FUKS, Mario. Recursos, influência política e cultura cívica nos conselhos gestores de Curitiba. In: DAGNINO, Evelina; TABAGIBA, Luciana (orgs). *Democracia, sociedade civil e participação*. Chapecó: Argos, p. 45-76., 2007.

PONTES, R. N. *Mediação e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2002.

PORTO ALEGRE. Lei Municipal Nº352 de 1995. Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Assistência Social. Disponível em: < http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/fasc/usu_doc/lei_complementar_352.pdf> Acesso em set. 2010.

_____. Observatório de Porto Alegre. Disponível em: < http://www2.portoalegre.rs.gov.br/observatorio/default.php?p_secao=4> Acesso em 20 out. 2010.

_____. Lei de Diretrizes Orçamentárias. Porto Alegre, 2009. Disponível em:< http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/observatorio/usu_doc/lei_diretr_orc_2009.pdf> Acesso em 15 de nov. de 2010.

_____. Fundação de Assistência Social e Cidadania. Disponível em: <[www.2.portoalegre.rs.gov.br/fasc/](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/fasc/)> Acessado em 20 de out. de 2010.

_____. _____ Disponível em: < http://www2.portoalegre.rs.gov.br/fasc/default.php?reg=5&p_secao=56>. Acesso em 23 de out. de 2010.

_____. _____ Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/fasc/default.php?p_secao=87> Acesso em 23 de out. 2010.

_____. _____ Disponível em:<http://www2.portoalegre.rs.gov.br/fasc/default.php?p_secao=88>. Acesso em 23 de out. de 2010.

PRATES, J. C. O Planejamento da Pesquisa Social. *Revista Temporalis*: Brasília, nº7. ABEPSS, p.123-143, 2003.

_____. O método e o potencial interventivo e político da pesquisa social. *Revista Temporalis*, Ano V, n. 9, p. 131-145, janeiro a junho/2005.

RAICHELIS, Raquel. *Esfera pública e Conselhos de Assistência Social: caminhos da construção democrática. 2 ed.* São Paulo: Cortez, 2000.

_____. *Articulação entre os conselhos de políticas públicas: uma pauta a ser enfrentada pela sociedade civil.* s/d. Disponível em: <http://www2.abong.org.br/final/download/4_raquel.pdf> Acesso em 20 out. 2010.

REIS, Carlos Nelson dos; PERUZZO, Juliane Feix. Sistema de proteção social e modernização produtiva: notas preliminares sobre seus impactos em Caxias do Sul. 1º Encontro de Economia Gaúcha; Fundação de Economia e Estatística, 2002. Disponível em: < http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/eeg/index_1eeg.php> Acesso em 15 jun. 2010.

REIS, Carlos Nelson dos. Inclusão social: uma proposta de integração articulada de políticas sociais públicas. *Revista Virtual Textos e Contextos*, n.4, ano IV, dez.2005.

RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO 2009/2010. Disponível em:<<http://www.portalodm.com.br/relatorio-de-desenvolvimento-humano-2009-2010--bp--310--np--1.html>> Acesso em 08 de jan. de 2011.

RICO MELO, Elizabeth (Org). *Gestão social uma questão em debate.* São Paulo: Educ, 1999.

RIO GRANDE DO SUL. Lei Estadual Nº 12.544, institui o Programa Primeira Infância Melhor e dá outras providências. Porto Alegre, 2006. Disponível em:<
<http://www.mp.rs.gov.br/infancia/legislacao/id3192.htm>> Acesso em 25 de out. 2010.

RIZZOTI, Maria Luiza Amaral. *A construção do sistema de proteção social no Brasil: avanços e retrocessos na legislação social*. 2001 Disponível em: <
<http://sisnet.aduaneiras.com.br/lex/doutrinas/arquivos/construcao.pdf>> acesso em 15 mai. 2010.

ROCHA, Paulo Ernesto Diaz. *Interdisciplinaridade e meio ambiente em cursos de pós-graduação no Brasil*. Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro- UFRRJ, 2001.

RUSSOMANO, Mozart Victor. *Curso de previdência social*. Rio de Janeiro: Forense, 1979.

SAES, Décio. *República do capital: capitalismo e processo político no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2001.

SALES, Teresa. Caminhos da cidadania. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, n. 25, ano 9, jun. 1994.

SALES, Mione; Apolinário; MATOS, Maurílio Castro; LEAL, Maria Cristina. *Política Social, família e juventude: uma questão de direitos*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2004.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4 ed. São Paulo: Edusp, 2006.

SAQUET, Marco. A. *Abordagens e concepções sobre território*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*. 2 ed. São Paulo: Duas Cidades, 1991.

SILVA, Ademir Alves Da. *A gestão da seguridade social brasileira: entre a política pública e o mercado*. São Paulo: Cortez, 2004.

SPOSATI, Aldaíza; FALCÃO, Maria do Carmo; FLEURY, Sonia Maria Teixeira. *Os direitos dos desassistidos sociais*. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SPOSATI, Aldaíza. O primeiro ano do Sistema Único de Assistência Social. *Revista Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez, n. 87, p.96-122, 2006..

_____. Especificidade e intersetorialidade da Política de Assistência Social. *Revista Serviço Social e Sociedade*, n. 77, p.30-53, 2004.

_____. Desafios para fazer avançar a Política de Assistência Social. IN: *Revista Serviço Social e Sociedade*, ano XXII, n. 68. São Paulo, Cortez, 2001.

_____. Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes. In: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. *Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil*. Brasília: UNESCO, p.13-53, 2009.

SOARES, Laura Tavares. *Os custos do ajuste neoliberal na América Latina*. Coleções de Nossa Época. São Paulo: Cortez, v. 78, 2000.

_____. *O desastre social*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

TATAGIBA, Luciana. *Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil*. In: DAGNINO, Evelina (Org). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. *Sociedade civil e participação cidadã no poder local*. Salvador: Pró-reitoria de extensão da UFBA, 2000.

TRIVIÑOS, Augusto. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas: 1987.

VALLA, Victor Vicent. Globalização a questão social e a nova pobreza. In: VALLA, Victor Vicente; STOTZ, Eduardo Navarro; ALGEBAILLE, Eveline Bertino. *Para compreender a pobreza no Brasil*. Escola Nacional de Saúde Pública, 2005.

VIANA, Ana Luiza; LEVCOVITZ, Eduardo. Proteção social: introduzindo o debate. In: VIANA, Ana Luiza; ELIAS, Paulo; IBÁÑEZ, Nelson (orgs). *Proteção Social: dilemas e desafios*. São Paulo: Hucitec, 2005, p.15-57.

VIANNA, Maria Lúcia T. W. O silencioso desmonte da seguridade social no Brasil. In:

BRAVO, Maria I. S. e PEREIRA, Potyara A. P. *Política Social e Democracia*. 2 ed. São Paulo: Cortez, p. 173-195, 2002.

VIANNA, Maria Lúcia T. W. Perspectivas da seguridade social nas economias centrais: subsídios para discutir a reforma brasileira. In: BRASIL, *Pesquisas*. Vol. IV, Brasília, MPS/CEPAL, 1994.

VIANNA, Maria Lucia Werneck. *A americanização perversa da seguridade social no Brasil: estratégias de bem estar e políticas públicas*. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

VIEIRA, Evaldo. *Os direitos e a Política Social*. 2ed. São Paulo: Cortez, 2007.

YAZBEK, Maria Carmelita. As ambigüidades da Assistência Social brasileira após dez anos de LOAS. *Revista Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez, n. 77, p11-29, 2004.

_____. *Classes subalternas e assistência social*. São Paulo: Cortez, 1993.

WEBER, Max. *Ensaio de sociologia*. 5 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1982.

ZIMERMANN, Clóvis Roberto; ANDRADE, Fabrício Fontes. *Sistemas de Proteção Social e o SUAS: análise de um sistema em construção*; Revista Emancipação, Ponta Grossa, n. 8, 2009, p.65-78. Disponível em: <<http://www.uepg.br/emancipacao>> Acesso em 20 abr. 2010.